



A identidade de mulheres empreendedoras: um estudo no semiárido baiano

The identity of women entrepreneurs: a study in Bahia

Almiralva Ferraz Gomes^()*
*Ananda Silveira Bacelar^(**)*
*Robson Amaral Santos^(***)*
*Weslei Gusmão Piau Santana^(****)*

RESUMO

Este trabalho discute a influência das socializações primária e secundária na formação identitária de mulheres que implantaram seu próprio negócio no interior da Bahia e verificou as representações sociais de gênero definem padrões comportamentais específicos entre os indivíduos, até mesmo no ato de empreender.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Empreendedoras. Identidade. Mulheres. Socialização.

ABSTRACT

This paper discusses the influence of primary and secondary socializations on the identity formation of women who have established their own business in the interior of Bahia and checked that gender social representations define specific behavioral patterns among individuals, even in the act of undertaking.

KEYWORDS: Gender. Entrepreneurs. Identity. Women. Socialization.

(*) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professora Titular do Depto. De Ciências Sociais Aplicadas. Área Administração. E-mail: almiralva@gmail.com.

(**) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: anandabacelarr@gmail.com.

(***) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: ramarals@hotmail.com.

(****) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professor Titular do Depto. De Ciências Sociais Aplicadas. Área: Administração. E-mail: wpiou@hotmail.com.

A participação feminina no mercado de trabalho, embora ainda em processo de estruturação, conduz a mudanças nas esferas econômica, social e comportamental. Devido à necessidade de se compreender como esse fenômeno atua e suas possíveis implicações, surge a demanda por estudos que abarquem as discussões sobre as relações de gênero na atualidade. Quando se trata da análise do tema, os trabalhos tendem a evidenciar os padrões que são socialmente impostos às mulheres e que convergem para o imperativo de dupla responsabilidade feminina: doméstica e profissional. Essa premissa permite a análise das características de gênero, que são frequentemente estereotipadas. Por conseguinte, para se (re)construir tais parâmetros sociais, faz-se necessário discutir a influência das socializações primária e secundária na formação dos sujeitos, especificamente, no caso desta pesquisa, de mulheres, posto que, para Berger e Luckmann (2010), a vida de determinado indivíduo consiste em um encadeamento de interferências que induzem à participação na dialética da sociedade.

Embora muitos estudos abordem o tema, poucos desenvolvem um questionamento profundo sobre as distinções ditas naturais que posicionam mulheres e homens em campos completamente opostos. Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão dos fenômenos comportamentais, considerando a complexidade das relações de gênero, à luz dos processos de socialização e significação da identidade feminina para o entendimento das posturas de mulheres como empreendedoras. A proposta desse trabalho é, portanto, analisar de que modo a experiência de mulheres empreendedoras, que implantaram seu próprio negócio, na cidade de Vitória da Conquista, semiárido baiano, são influenciadas pelo processo de socialização.

O artigo está estruturado em sete seções. Esta introdução que delimita o tema e propõe um objetivo a ser alcançado. As seções que se destinam a revisão de literatura tratam das relações de gênero, da significação de socialização primária e secundária e de questões que permeiam a discussão em torno do empreendedorismo feminino. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização do presente estudo. A análise das entrevistas é apresentada na seção que

trata do estudo das mulheres empreendedoras conquistenses. Por fim, o artigo é encerrado com as considerações finais.

Relações de gênero

O estudo das relações de gênero que se estabelecem no âmbito social e produtivo conduz ao conhecimento das dinâmicas identitárias que se desdobram ao longo da formação de um indivíduo. Nesse contexto, convém ressaltar a interferência das construções sociais que delineiam o comportamento de mulheres e homens de modo a caracterizar os atributos que os indivíduos apresentam como parte da sua “natureza” ou “essência”. Tal visão essencialista vem sendo questionada a fim de se produzir conhecimento acerca dos novos padrões identitários que estão presentes na sociedade atual. Para Laplonge (2016), a visão essencialista preconiza um modelo estável de sexo e insiste na distinta separação entre homens e mulheres como se cada gênero nascesse com determinados atributos, por isso, pode ser considerada um modelo específico que explica os conceitos de gênero de modo destoante com extensa complexidade contemporânea no local de trabalho e na sociedade. Segundo Gomes (2010), há a necessidade de se estabelecer uma perspectiva crítica à visão essencialista de que as mulheres são “natural e essencialmente” diferentes dos homens, além de se conduzir os estudos de gênero para a (des)construção e (des)naturalização das práticas discursivas universais. Nesse viés, Porto (2002) aponta para um novo cenário, em que as ciências sociais rompem com paradigmas e conceitos dados como certos a partir da crítica à ideologia dominante, isto é, do discurso universal.

Na perspectiva de Cavedon, Giordani e Craide (2005), as mulheres, no contexto social contemporâneo, continuam responsáveis pelas atividades relacionadas à reprodução e aos cuidados com a casa e com a família, além disso, são consideradas “ajudantes” no orçamento familiar, enquanto os homens assumem o posto de provedor familiar, muito embora haja a tendência de aumento da participação feminina no mercado, bem como alterações na divisão sexual do trabalho e na posição de ambos os gêneros no domínio privado. Nesse contexto, as mulheres demonstram a vontade de conquistar uma identidade profissional estável e “[...] o desejo de ser

reconhecidas a partir do que fazem e não mais do que ‘são por natureza’” (CAVEDON; GIORDANI; CRAIDE, 2005, p. 4). Portanto, é perceptível que a distinção das posições sociais dos gêneros diminuiu com o reconhecimento da atividade profissional feminina que, por sua vez, influencia a construção da identidade feminina.

Entender as implicações das relações de gênero perpassa então a dissociação entre sexo e gênero (GOMES, 2010) bem como a complementação dos termos na construção da identidade do indivíduo. Para Costa e Ribeiro (2011), a concepção de sujeito sexual está entrelaçada com a percepção do entendimento de ser homem ou mulher. Nesse sentido, apresentam-se duas perspectivas que norteiam o comportamento social do indivíduo: as características biológicas dos sexos e o contexto sociocultural que contorna historicamente os conceitos de sexualidade entre os gêneros. Cabe nesta discussão, a crítica aos pressupostos que limitam a atuação social das mulheres frente às definições de gênero.

A caracterização do padrão comportamental feminino, baseado nas relações de dominação, culmina no estabelecimento de uma relação antagônica entre homens e mulheres, permeada por práticas de subjugação do masculino sobre o feminino, que são construídas dialeticamente dentro de um processo sócio-histórico (BARBOSA; MATOS; SANTOS; ALMEIDA, 2011). É nesse contexto que os processos de socialização naturalizam as práticas domésticas e as delegam à responsabilidade da mulher e, por conseguinte, influenciam a escolha das profissões. Segundo Louro (2012), essas escolhas estão, em sua maioria, voltadas para atividades secundárias, de assessoria ou auxílio, atreladas à assistência, ao cuidado ou à educação. Paralelamente, Knezevic, Gregov e Simunic (2016), baseados em estudo realizado com casais empregados na Croácia, afirmam não haver diferença entre homens e mulheres quanto a acreditar na possibilidade de assumir o papel parental, embora as mulheres estejam muito mais comprometidas com esse papel, a ponto de investirem muito mais tempo e energia no ambiente doméstico. Isso pode ser explicado pela socialização distinta entre os gêneros, pois homens são socializados para serem assalariados, enquanto mulheres são socializadas para serem amorosas e dedicadas, mães e esposas que

cuidam da qualidade das interações dos membros da família. Para Macedo, Boava, Cappelle e Oliveira (2012), as resistências enfrentadas por mulheres para romper com o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e o contexto de segregação de papéis femininos e masculinos explica e, de certo modo, justifica o gradual avanço das mulheres no tocante à atuação no ambiente de trabalho. Portanto, essas dificuldades são consequências primárias das ideologias de gênero que se perpetuam desde o ambiente familiar e que, de alguma forma, estão se transformando na contemporaneidade.

Nesse contexto de segregação e desigualdade de gênero, as teorias feministas se apresentam como mediadoras do início do rompimento de paradigmas que baseiam tais diferenciações entre homens e mulheres. Essas teorias, conforme é exposto por Gomes, Teixeira e Piau (2016, p. 156), projetam inicialmente uma mudança em prol da igualdade de direitos civis, políticos e educativos, identificados na primeira fase do feminismo e culminam na ênfase da “[...] diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo”, já na segunda fase das teorias feministas. É nessa vertente que a terceira fase rompe com o modernismo e se posiciona numa perspectiva pós-moderna ao debater as distinções e especificidades de gênero, além de buscar a compreensão de que forma a cultura constrói as noções e conceitos de gênero. Não obstante, concentra-se em conduzir a discussão para as igualdades e diferenças na construção das subjetividades masculina e feminina.

Socialização primária e secundária e a construção da identidade

As socializações que são desencadeadas ao longo da vida social dos indivíduos promovem a formação de perspectivas à cerca dos conceitos de gênero, que pressupõem, por sua vez, ideias preconcebidas e construídas social e culturalmente, introduzidas sobretudo pelas relações familiares. Para Costa e Coelho (2013), o controle que se dá através das concepções de sexualidade compõe uma das interferências na construção do sujeito e se manifesta inicialmente na subjetivação dos valores que são incorporados a

partir das interações sociais que se estabelecem desde a infância atrelada, principalmente, à convivência familiar. Para Berger e Luckmann (2010), a socialização primária abarca, além do aprendizado cognoscitivo, ocorrências carregadas de emoção. Sendo assim, a criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de apelos emocionais.

Na conjuntura social de formação do indivíduo, considerando as socializações desde o ambiente familiar até o organizacional, a sexualidade apresenta-se como um dos fatores que norteiam o comportamento em sociedade. Para Costa e Coelho (2013), a raiz das assimetrias de poder nas relações de gênero se encontra na socialização primária, estabelecidas na educação das crianças e acentuadas na adolescência. A sexualidade, nesse contexto, surge como um forte aliado discursivo, especialmente em relação à normatização da conduta feminina.

Nesse sentido, a sexualidade atua como uma das determinantes do comportamento humano e, conseqüentemente, dos padrões de relacionamentos (pessoal e profissional), do papel social, da responsabilidade como indivíduo familiar e da carreira de trabalho. Ainda segundo Costa e Coelho (2013), a sexualidade apresenta elevada importância na construção e no autoreconhecimento do sujeito como ser humano, visto que, ela tem a capacidade de regulação dos espaços sociais, bem como de determinação dos modos comportamentais do sexo feminino e masculino, por conseguinte, influencia a área de trabalho a ser escolhida. Tais diferenciações estabelecem as “[...] assimetrias de poder nas relações de gênero [...]” (COSTA; COELHO, 2013, p. 486) que tendem a articular o discurso da normatização da conduta feminina.

Entretanto, conceber as relações de gênero como parâmetros já estabelecidos e bem delineados impede que haja, segundo Silveira e Hanashiro (2011), a reconstrução do sistema social de gênero, que implica em redefinir a própria identidade de gênero. Paralelamente, Miranda, Cappelle e Mafra (2012), ao realizar um estudo sobre a identidade e socialização, afirmam haver um resgate esporádico de elementos como reflexão e consciência pelas mulheres, que permeiam a dinâmica identitária de gênero, fazendo com que haja uma reconstrução das suas identidades em torno de

características pelas quais desejam ser reconhecidas. Tais reestruturações identitárias promovem a busca por diferentes comportamentos e interações que convergem para alterações no sistema preconcebido de gênero. Nesse viés, a concepção de gênero como um sistema permite que haja compreensão das interações contínuas que se estabelecem no meio social e do posterior rompimento de padrões à cerca das relações de gênero. Conforme apontam Pereira, Araújo, Miguel, Almeida e Paloni (2014), a sociedade, como uma influenciadora na estruturação identitária dos indivíduos, leva os indivíduos a direcionarem suas decisões de modo a convergir com o que a própria estrutura social considera adequado para manter as relações e acordos formais e informais preestabelecidos.

Não obstante o conhecimento sobre si mesmo no processo de construção da identidade, Santos (2005) afirma que o conhecimento do projeto dos pais, a identificação e a percepção de pertencimento à família e ainda o modo como o indivíduo utiliza os dados familiares implica diretamente na definição da profissão a ser seguida. Nesse sentido, pode-se inferir que a socialização primária atua como construtora das tendências profissionais e é, nesse contexto, que o patriarcado exerce sua maior influência nas condutas femininas. Costa e Coelho (2013), ao estudarem enfermeiras, constataram que as mães são responsáveis pela cobrança de posturas das filhas provenientes da ordem patriarcal, incluindo recato e controle da sexualidade. O poder patriarcal de domínio sobre a conduta feminina é passado da figura paternal para a de marido e representa uma forte atuação repressora, sob a qual as mulheres sofrem desde o lar até as organizações, visto que o fenômeno se expande às esferas sociais privada e pública.

No percurso social entre o lar e as empresas em que as mulheres atuarão, a instituição escola apresenta-se como um ambiente em que ocorre a reafirmação das concepções apresentadas pela família, aquelas atreladas à distinção biológica entre meninos e meninas, bem como a subordinação da mulher em relação ao homem. Nessa vertente, Louro (2012), ao tratar de atitudes patriarcais e sexistas, afirma haver estratégias que podem nivelar essas desigualdades, como propostas educativas que visam mudar as práticas masculinas preconceituosas em relação às mulheres.

A articulação dos ideais do indivíduo resulta na escolha dos critérios para o estabelecimento de um sistema de relações. A socialização secundária, portanto, corresponde ao contato do indivíduo com a sociedade, pois os atributos culturais são expostos de modo a permear as relações. Para Miranda, Cappelle e Mafra (2012), é a partir da socialização secundária que ocorre a construção e reconstrução de novas identidades para o indivíduo, por meio do compartilhamento de formas de agir e pensar. De acordo com Berger e Luckmann (2010), na socialização secundária, as limitações biológicas tornam-se cada vez menos importantes nas sequências de aprendizagem, que se estabelecem em termos das propriedades intrínsecas do conhecimento a ser adquirido.

O âmbito socializador compreende todas as estruturas em que o indivíduo tem contato com diversos grupos, incluindo as organizações, que promovem a integração em um ambiente sociocultural, bem como a troca de crenças, valores, hábitos, dentre outros, que irão orientar suas ações dentro de um contexto pré-existente, definindo, assim, as suas identidades. Não obstante, nesse ambiente empresarial, há o estabelecimento de relações terciárias, que compreendem a experiência e o aprendizado no local de trabalho, conforme aponta Fillion (1999). Ao trazer a reflexão para a influência que se estabelece entre a socialização e o modo como são geridos os negócios femininos, Navarro e Jimenez (2016) verificam que o capital relacional é considerado importante para as mulheres, isto é, o resultado das relações que se estabelecem com os diversos públicos circunvizinhos da organização inclui o ato de ouvir avaliações e opiniões de pessoas próximas aos prós e contras do empreendedorismo. Não obstante, ainda para Navarro e Jimenez (2016), a ideologia, a educação, a classe social e a idade são outros fatores considerados pelas mulheres como elementos que afetam o empreendedorismo, embora a prioridade não seja exatamente a mesma no discurso masculino e feminino.

Empreendedorismo feminino

Há muitas definições para os termos empreendedor e empreendedorismo, uma vez que pesquisadores de diferentes campos do conhecimento utilizam os princípios de suas próprias áreas de interesse para

construir o conceito. Assim, o significado da palavra “empreendedor” não é necessariamente idêntico para todos. Há definições notadamente influenciadas pelos economistas, outras de inspiração comportamentalista, e ainda existem aquelas que seriam, por assim dizer, um tanto quanto ecléticas. O fato de várias disciplinas estudarem o campo do empreendedorismo faz com que haja algumas confusões, ou melhor, diferenças, nas definições acerca do conceito de empreendedor. Essa aparente confusão reflete, basicamente, a lógica e a cultura dessas disciplinas. Na visão de Alvesson e Billing (1992), as categorias feminino e masculino são definidas no contexto de uma cultura e não devido a fatores biológicos. Além disso, são criadas a partir de uma complexa combinação de forças sociais, cognitivas e emocionais. O que, então, a literatura sobre o “empreendedorismo feminino” apresenta como características intrínsecas, ou seja, parte da essência da mulher, são, na verdade, características aperfeiçoadas ao longo de séculos ou milênios, na forma de um adestramento social que determinou ao gênero feminino o papel subalterno de cuidar dos filhos do homem e, até mesmo, do próprio homem.

Ao tratar das tendências ao empreendedorismo, Teixeira, Ducci, Sarrassini, Munhe e Ducci (2011) afirmam que o modelo familiar de empreendedores é fator determinante na escolha do negócio próprio, embora a influência da educação familiar e do meio cultural representem parcela significativa na formação de empreendedores. Consoante a tal premissa, Filion (1993) afirma que há um sistema de relações que atua como um fator primordial para explicar a visão empreendedora. Sendo assim, a família, como a base relacional de um sujeito empreendedor, tende a moldar as primeiras visões acerca do ato de empreender. Posteriormente, as relações que serão estabelecidas para desenvolver suas visões complementares serão de importância fundamental para o desenvolvimento do empreendedorismo.

Ao considerar as influências que as relações de gênero e as socializações exercem sobre as decisões empreendedoras de mulheres, torna-se pertinente discutir quais as questões que permeiam o empreendedorismo feminino. Nessa perspectiva, Filion (1993), ao tratar dos fatores que interferem na condução de um empreendimento, apresenta o sistema de relações como um fator decisivo para a evolução da visão central do indivíduo,

isto é, a projeção do negócio no mercado. Paralelamente, a família é considerada o sistema básico de relações que moldará a visão inicial e as visões complementares do negócio serão influenciadas pelas relações que se estabelecem em contato com a sociedade. Para Strobino e Teixeira (2014), há uma tendência de mulheres que pertencem a famílias de empreendedores serem direcionadas a gerirem o próprio negócio, além dos diversos fatores que levam as mulheres a empreender, tais como: realização pessoal, independência, conciliação entre trabalho e família.

Para Filion (1999), a disposição do empreendedor em trabalhar com determinado setor empresarial baseia-se em três níveis de relações. Desse modo, o indivíduo jovem, no começo da criação de uma empresa, tende a sofrer maior influência familiar, isto é, as relações primárias desempenham um papel importante nas suas escolhas e decisões. Paralelamente, a medida que a idade do empreendedor torna-se maior, tanto maior é a influência das relações secundárias e terciárias nos ambientes de negócio e nas experiências anteriores, respectivamente. Não obstante, o empreendedor em qualquer fase da vida é influenciado por tais relações e necessita delas para conduzir as ideias central e periféricas do empreendimento.

Ao tratar dos propósitos e finalidades do empreendimento para ambos os gêneros, Machado (2012) sugere uma característica eminente do perfil empreendedor feminino que se relaciona à capacidade feminina de realizar diversas atividades e assumir vários papéis com o intuito de promover a autorealização e qualidade de vida. Nesse sentido, enquanto as empreendedoras buscam fatores motivacionais tais como relacionamento social e clima organizacional, os empreendedores orientam sua gestão principalmente para os resultados financeiros rápidos e satisfatórios. Contudo, deve-se considerar que tais tendências, sejam de homens ou de mulheres, são construídas socialmente. Em outras palavras, ao se propor ou mesmo apresentar perfis e características de indivíduos ou grupo de indivíduos deve-se ter cuidado para não reforçar certos estereótipos que reforçam a condição subalterna feminina. A propósito, Alperstedt, Ferreira e Serafim (2014) apontam a multiplicidade de papéis como uma vertente negativa no empreendedorismo feminino, tendo em vista que a conciliação

entre os papéis de mãe, esposa e empreendedora se apresenta como uma das dificuldades mais destacadas à gestão do próprio negócio.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização do presente estudo, optou-se pela abordagem interpretativa, a fim de valorizar a percepção dos indivíduos à cerca dos fatos relatados. A abordagem interpretativa considera e, principalmente, ressalta as percepções dos sujeitos, evidenciando o significado que eles dão aos fenômenos. Ao contrário da abordagem positivista, a interpretativista entende que a sociedade é uma construção dos seus membros. Segundo Alencar (1999), para a abordagem interpretativa ou anti-positivista, a realidade social é formada por ocasiões de interação realizadas pelos atores envolvidos uma vez que eles são capazes de interpretação e ações significativas.

Tendo em vista que a abordagem do presente estudo é interpretativa, deu-se tratamento qualitativo aos dados coletados em campo. Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), a pesquisa qualitativa compreende uma relação entre o mundo e o indivíduo, que se projeta na objetividade e na subjetividade do sujeito, de modo a não ser possível uma tradução dessas percepções em números. Além disso, a abordagem interpretativa entende que a sociedade é uma construção das inferências realizadas pelos indivíduos que a compõem e, portanto, devem ser analisados ao tratar de uma pesquisa de cunho social. Deste modo, a análise de conteúdo se apresentou como a técnica mais apropriada para dar tratamento aos dados empíricos, pois permite que se construa um relato das ideias manifestadas e em estado de latência nas comunicações (GIL, 2002). Analogamente, “[...] a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 26).

O caráter qualitativo da pesquisa deve-se então ao fato de que tal análise permite o aprofundamento da compreensão do fenômeno a partir da análise de conteúdo dos dados coletados através de entrevistas dirigidas aos sujeitos da pesquisa. O roteiro semiestruturado da entrevista focalizou as três etapas da análise de conteúdo, citadas nos estudos de Gil (2002), ou seja, a

análise preliminar, que implicou na escolha e preparação do material a ser trabalhado, a investigação do material, que resultou na categorização das informações e, por fim, o tratamento, a inferência e a interpretação dos dados à luz do referencial teórico que deu suporte ao estudo. Ademais, a escolha da entrevista como instrumento para coleta de dados pressupõe a análise qualitativa, visto que, para Bardin (2004), a inferência se dá a partir do foco de análise decorrente de uma comunicação individual e não da frequência de aparição dos dados. Portanto, adotando o critério de acessibilidade, foram selecionadas seis mulheres que têm empreendimentos com uma vida superior a dez anos. Tais empresárias tiveram suas identidades preservadas através de pseudônimos, para composição da amostra não-probabilística a ser analisada. As entrevistas realizadas foram semiestruturadas e gravadas, com posterior transcrição e análise do conteúdo.

A distribuição dos conteúdos se deu de acordo com categorias comuns. Conforme explica Bardin (2004), a partir do estabelecimento de critérios que tiveram como objetivo agrupar elementos após a investigação da correlação entre tais elementos. A categorização das informações permitiu, no presente artigo, que se estabelecessem duas vertentes norteadoras das discussões realizadas a partir das falas das entrevistadas: socializações primária e secundária e o papel historicamente destinado à mulher.

Mulheres empreendedoras conquistenses

O lócus da pesquisa revela nuances que permeiam o comportamento das mulheres empreendedoras. Vitória da Conquista possui população aproximada de 315.000 habitantes e possui a 6ª maior economia da Bahia, com participação de 2,29% no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, segundo dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2016). Ainda sobre sua economia, o destaque está no setor de serviços, responsável por mais de 70% do PIB do município. Conforme apresentado pela PMVC (2016), o cenário é de desenvolvimento, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a expectativa é de que nos próximos anos o município se torne a 5ª maior economia estadual. Ainda, segundo a SEI, o crescimento diversificado possibilita a chegada de novos

empreendimentos, seja no segmento industrial – indústria de transformação e extração mineral – seja no setor de serviços – escolas, universidades, hospitais. Tais dados representam um contexto em que as mulheres possuem fatores favoráveis para empreender.

Traçar o perfil das entrevistadas permite uma melhor compreensão e uma visão mais completa dos resultados da pesquisa. Nesse sentido, considera-se que as seis entrevistadas são empreendedoras de faixa etária madura, sendo duas delas com idade entre 40 e 50 anos, três entre 51 e 60 e uma possui 70 anos. A pesquisa também apontou que cinco empreendedoras atuam no mesmo ramo empresarial entre 15 e 20 anos e uma há mais de 24 anos. Quanto ao estado civil atual, duas são casadas, duas viúvas e duas divorciadas. No entanto, ao iniciarem o empreendimento, três eram casadas e contavam com seus parceiros e duas eram divorciadas com filhos pequenos, tendo a necessidade de sustentar a casa. A empresária viúva iniciou o empreendimento após a morte do marido para sustentar a família.

Referente à quantidade de filhos, três entrevistadas têm de 1 a 2 filhos, uma possui 3 filhos e duas chegaram a ter de 4 a 5 filhos. Apenas uma delas ainda tem filhos em idade escolar, o que, potencialmente, requer maior atenção e cuidados, além de despesas.

Ao considerar o nível educacional das empreendedoras, uma delas não foi alfabetizada e uma outra estudou até o 5º ano do ensino fundamental. Estas empresárias são as de maior idade. Elas, inclusive, destacaram que a falta de oportunidades e de recursos foram razões para a baixa escolaridade. Dentre as demais, duas possuem ensino superior completo e duas não concluíram o nível superior. Vale salientar que uma das empreendedoras iniciou cinco cursos de ensino superior e desistiu, sendo eles: Bioquímica, Medicina, Matemática, Letras e Administração.

Em relação à carga horária de trabalho, constatou-se que a quantidade de horas dispensadas à empresa indica uma grande dedicação e persistência, pois cinco delas trabalham em média de 10 a 12 horas por dia e apenas uma relatou trabalhar 8 horas.

Exposta a análise do perfil das empreendedoras, convém a condução da análise dos resultados a respeito da influência do processo de socialização

na decisão de se criar uma empresa. Posto isso, considera-se que as relações que se estabelecem primordialmente na infância das mulheres conduzem às escolhas profissionais. Para Santos (2005), além do autoconhecimento, a apreensão da trajetória profissional dos pais, a incorporação de valores e o sentimento de identificação e pertencimento da família, incluindo as opiniões formadas pelo grupo, compõem fatores essenciais para a definição do futuro profissional de um indivíduo. Essa inter-relação familiar conduz, inclusive, à predisposição feminina do contato com determinada área ou ramo de atividade além do interesse de empreender. O trecho selecionado abaixo revela que a atividade dos pais se inseriu de tal modo no cotidiano familiar e acabou influenciando as decisões profissionais da entrevistada.

A mamãe era normalista, sempre trabalhou com pintura e assim minha vida voltada a arte foi desde que eu nasci, eu via a mamãe trabalhar: cuidar da casa, cuidar de filhos e pintar e dava aula na escola da Universidade. Mas papai foi a vida toda também voltada a pesquisa do café. Eu falo que o café e a arte em minha vida foi desde que eu nasci, já introduzida nesses dois módulos: arte e café.
(Cecília)

O processo de significação do trabalho pode se iniciar no ambiente familiar, inclusive, é, nesse contexto, que homens e mulheres começam a identificar a importância do trabalho e desenvolver habilidades. Strobino e Teixeira (2014), ao tratar das tendências femininas ao empreendedorismo, afirmam que são instintivamente direcionadas ao empreendedorismo por estarem inseridas em famílias que possuem empreendimentos, como se fosse uma predisposição genética. Teixeira, Ducci, Sarrassini, Munhe e Ducci (2011) consideram ainda que a existência de modelos na família compõe um dos determinantes da pretensão feminina ao empreendedorismo, visto que é no processo de identificação desenvolvido com essas pessoas que ocorre um aprendizado cognitivo e afetivo, que resulta na assimilação e na reprodução do modelo, neste caso, o modelo empreendedor. As falas destacadas abaixo comprovam a tendência das mulheres a prosseguir os empreendimentos familiares:

Eu nasci trabalhando porque minha mãe fazia biscoito. Era uma grande biscoiteira aqui da cidade. Como nós éramos nove, a proporção que ia chegando aos sete anos já ia ingressando no trabalho. Então eu já me via aos sete anos trabalhando, fazendo

biscoito, ajudando. Com dez anos, ela já tinha uma loja no mercadão e eu tomava conta da loja com dez anos. (Lívia)

A minha vida, desde quando eu nasci, o papai sempre nos ensinou a trabalhar. Então foi assim uma coisa muito bonita porque a gente ia à São Paulo e quando a gente ia a São Paulo mamãe e papai compravam artigos de presentes e mamãe sempre vendia para as vizinhas [...]. [...] papai nos ensinou a começar a trabalhar e ganhar um dinheiro, a valorizar desde pequeno. (Cecília)

Eu sempre gostei de trabalhar em casa, cozinhar, gostava de fazer biscoito, essas coisas, ai minha avó me deu muito incentivo, eu pedia a receita ela me dava e eu foi desenvolvendo aquilo ali e foi tranquilo [...] (Flávia)

No contexto de socialização familiar, a visão empreendedora, segundo Filion (1993), desenvolve-se quando o empreendedor procura compreender sua própria história, valores e os conceitos resultantes do seu passado familiar, sua experiência profissional, sua educação informal, suas crenças, seu sistema de relações etc. Seguindo o mesmo viés, Santos (2005) afirma que, nesse processo de socialização, há uma seleção dos traços familiares e, posteriormente, uma integração de diferentes formas na construção da personalidade das crianças. Ainda acerca da visão empreendedora, pode-se inferir que a família tem o poder de disseminar o empreendedorismo, visto que os pais podem despertar o interesse dos filhos para o ato de empreender ou mesmo inibir tal disposição. Desse modo, a família atua como o primeiro intermediador entre o indivíduo e o empreendedorismo, seguido pelas diversas outras influências externas que poderão moldar o empreendedor.

Ao se considerar que o processo de formação do empreendedor tem início na esfera familiar, presume-se que a composição de sua personalidade terá ainda a participação das demais socializações e relações que são estabelecidas no meio externo ao lar. Tal premissa foi identificada nos estudos de Miranda, Cappelle e Mafra (2012), quando afirmam que as experiências e memórias provenientes da infância, bem como as socializações, contribuem para a construção e entendimento da dinâmica identitária. Assim, adotando uma perspectiva de construção social da realidade, os empreendedores, muito embora possuam suas personalidades e tendências particulares, são produtos das relações familiares e, mais tarde, dos inúmeros relacionamentos, sejam

empresariais ou não, que travam no decorrer de suas vidas. As falas abaixo ilustram tal discussão:

Eu comecei a ajudar com 10 anos, criança (risos), mas eu gostava muito. Assim, chegava da escola já queria logo ir ajudar meu pai trabalhar. (Maria)

O papai era um pesquisador, um fitopatologista e de repente pela mensagem espiritual dele em 2003 que me despertou para o café através das artes plásticas. Ai quando foi em 2006 eu lancei o I Encontro Nacional do Café e a sociedade começou a me cobrar que no ano que vem ia participar do evento, [...] e de repente me vi de cabeça trabalhando na fazenda, na administração do evento e nesse lado rural. O curso de economia doméstica a gente tem algumas matérias direcionadas a extensão rural. [...] Ai de repente eu me vi de uma forma muito mais desempenhado um papel muito mais importante na extensão rural do que eu imaginava. (Cecília)

A formação da personalidade empreendedora perpassa ainda as relações de gênero que são estabelecidas nos processos de socialização inerentes à família e atrelados aos relacionamentos em sociedade. Nesse sentido, Costa e Coelho (2013) expõem a face familiar dominante e afirmam que é no ambiente doméstico, a partir da observação das atitudes de pais, mães e mesmo familiares, que ocorre a incorporação do sistema simbólico que constitui as representações de masculinidades e feminilidades que, por sua vez, demarcarão as distinções de gênero embasadas nos modelos socioculturais e consolidadas pela linguagem. Macedo, Boava, Cappelle e Oliveira (2012), considerando os processos secundários de socialização, constataram em seus trabalhos que, homens e mulheres denotam as relações de gênero de maneiras distintas em seu âmbito profissional, pois atribuem significados diferentes às atividades laborais, em função das distintas experiências de cada sexo. Dessa forma, as mulheres conferem graus de importância, dificuldade ou facilidade a uma tarefa de modo distinto à concepção masculina.

As diferentes significações profissionais que as mulheres evidenciam são consequências das atribuições historicamente destinadas para ambos os sexos. Conforme Louro (2012), ao realizar uma análise cronológica das atividades femininas no decorrer dos anos, as tarefas são quase sempre supervisionadas por homens e frequentemente relacionadas ao cuidado, ao auxílio ou à educação. Analogamente, Costa e Ribeiro (2011) tratam da

biologização da concepção de mulher para explicar que, embora as mulheres reconheçam direitos iguais para homens e mulheres, não apresentam uma justificativa das razões pelas quais são responsáveis pela esfera doméstica, além das atividades exercidas na esfera pública. Desse modo, ainda conforme Costa e Ribeiro (2011), a acomodação relativa ao papel socialmente destinado à mulher e a resistência ao rompimento de tal paradigma demonstram a construção social infundável da conduta feminina. Portanto, admitir que as características femininas e masculinas não são natas pressupõe a ocorrência de processos socioculturais e históricos para explicar as definições dos gêneros masculino e feminino. De forma semelhante, o processo de formação da personalidade do indivíduo, na perspectiva de Berger e Luckmann (2010), perpassa pela interiorização, que consiste na compreensão de semelhantes e apreensão da realidade social dotada de sentido. Essa apreensão, por sua vez, não resulta de criações autônomas de significações individuais, mas implica na incorporação de preceitos existentes no contexto em que se insere.

Tendo em vista que a procriação é uma função desempenhada exclusivamente pela mulher, a sociedade atribui a ela a tarefa de cuidadora e, por conseguinte, características como docilidade, sensibilidade e cautela. Os trechos selecionados abaixo demonstram a maneira como as mulheres significaram essa responsabilidade, inclusive, atribuindo sua realização pessoal à maternidade.

[...] pra mim o fato de ser mãe já é uma predominância da mulher, eu fico assim feliz por ser mãe, no dia das mães mesmo eu tava falando é um privilégio muito grande você ser mãe [...] mas só o fato da maternidade e eu fui agraciada e foi com quatro e depois esse lado de ser independente, ser mulher é ser independente, me sinto realizada e também conseguir educar meus filhos, dar assistência, eu me sinto muito realizada. (Lívia)

Eu acho que ser mulher é ser feminina, amorosa, acolhedora é ser mãe, se for casada é ser esposa, ser mulher é você ter assim aquele braço, aquele colo para poder abraçar, pra poder beijar, pra poder educar, pra poder dar a mão, saber o momento certo a hora certa de poder soltar a mão de um filho [...]. (Cecília)

Eu me sinto muito, porque eu acho que sou boa dona de casa, eu tive a felicidade de ser mãe, essa questão da maternidade que as vezes muitas mulheres não se sentem felizes por experimentar [...] (Maria)

A análise do conteúdo das entrevistas permite inferir que a maternidade se apresenta para as mulheres como uma importante condição

para a plenitude pessoal e se associa ao âmbito do cuidado do lar, marido e filhos. Tal concepção, segundo Silveira e Hanashiro (2011), reflete não somente na decisão de ter ou não um filho, mas implica na responsabilização pelas atribuições impostas pela própria identidade de gênero, que se encontram embasadas, majoritariamente, pela ideia de maternidade. Portanto, ainda para Silveira e Hanashiro (2011), a maternidade pressupõe um conjunto de interações entre os conceitos de gênero que atribuem *status* distintos a homens e mulheres e confirmam a tendência feminina de realização pessoal com o ato de tornar-se mãe. Embora as entrevistadas apresentem rotinas marcadas pela multiplicidade de papéis, é perceptível que, ao mesmo tempo que apreciam sua atuação na vida pública, valorizam e desempenham seus papéis na vida privada, conforme pode ser observado nas falas selecionadas abaixo:

[...] eu vivi minha feminilidade em todos os aspectos, nessa questão sou bem resolvida, eu tive meus filhos, apesar de ter sido mãe muito jovem eu vivenciei todo a sua amplitude [...] (Maria)

[...] tudo que a gente faz com amor se torna leve, as vezes a gente cansa, se você imaginar eu lavo roupa, eu cozinho, eu cuido da casa, eu ajudo com os filhos, é o marido, é o trabalho, é a fazenda é a pintura [...] então assim você fazendo com amor acho que nada é difícil. (Cecília)

Em relação ao tempo que fica com as crianças, tem que ter qualidade e não quantidade. Eu realmente não me sinto culpada em momento nenhum com relação aos filhos, dei a atenção que pode dar, eu faria tudo de novo. (Lívia)

Desse modo, para Gauche, Verdu e Silveira (2013), elas apresentam uma ratificação e reafirmação de suas decisões e estratégias que levam ao desenvolvimento e conciliação de atividades na esfera pública e privada como um propósito vital. Relativo à realização advinda da possibilidade de conciliar trabalho e família, Cavedon, Giordani e Craide (2005) pressupõem que as mulheres possuem em seu inconsciente as tarefas que lhes foram atribuídas há tempos, por meio de uma construção social e sentem-se culpadas quando não conseguem adequar perfeitamente os papéis de mulher, mãe e profissional. Tal prerrogativa prova, na perspectiva de Cavedon, Giordani e Craide (2005), que a simbologia atrelada aos conceitos de gênero permanece conduzindo as escolhas femininas. Ao analisar a fala de uma das

entrevistadas, percebe-se que ela não admite tal diferenciação, mas se contradiz ao atribuir à mulher a responsabilidade com a casa e com os filhos. Este depoimento denuncia uma visão essencialista de que a mulher possui a habilidade de interagir melhor com as pessoas do que os homens e de que cabe a ela o cuidado com os filhos.

[...] mas, se fala muito que a mulher é diferente, que é a mulher é mais discriminada, porque a mulher leva desvantagem em tudo e eu não vejo isso sinceramente, eu acho que hoje tem boas creches, tem escolinhas infantis boas que você pode deixar os filhos e nada impede de ser uma boa profissional e de ta no mercado de trabalho de igual para igual com o homem, mulher hoje tem acesso as universidades da mesma forma, então ser mulher pra mim é igual a ser homem, não vejo diferença, é ser humano a gente tem algumas dificuldades os homens devem ter em outras, essa facilidade que a gente tem de interação com as pessoas que talvez seja um empecilho para o homem, de ser flexível, acho que a mulher tem esse traço mais forte dentro dela e as vezes o homem não tem [...]. (Maria)

A percepção feminina das responsabilidades com as esferas pública e privada não levam em conta a noção de construção social da realidade, ou seja, mulheres e homens foram formados e educados para desempenharem determinado papel e reproduzem nas relações atuais tal aprendizado pacificamente. Nesse sentido, para Miranda, Cappelle e Mafra (2012), as mulheres reconstroem suas identidades através de relações entre a identidade para si e a identidade para o outro, ao se considerar que tais relações são resultado de vivências nos mais variados contextos e fruto, portanto, de um conjunto de socializações (familiar, profissional e pessoal) por elas experimentadas.

Gauche, Verdu e Silveira (2013) constataram que as mulheres tendem a se preocupar em justificar suas decisões, ainda que haja conflitos. A sociedade e, por conseguinte, a mulher cobra sucesso nas duas esferas (pública e privada), ou seja, elas sentem que devem se sobrepôr as adversidades. Ao considerar as contribuições das teorias feministas relativas ao entendimento do comportamento feminino, Gomes, Teixeira e Piau (2016) afirmam haver uma convergência ideológica entre as distintas correntes que compõem o estudo de gênero. Em outras palavras, há um domínio masculino na esfera social e a aspiração de superação dessa hegemonia nas diversas perspectivas teóricas sobre o feminismo. Pereira, Araújo, Miguel, Almeida e

Paloni (2014) também constataram que, se por um lado, as mulheres são conduzidas apenas parcialmente para a vida profissional, pois há uma indicação, ora explícita, ora implícita, de que é responsabilidade feminina a gestão da vida familiar e doméstica, ou seja, privada, por outro, os homens são estimulados a desenvolverem habilidades profissionais e, sobretudo, empreendedoras pois cabe a eles as demandas do espaço público. Assim, as mulheres veem como obrigação romper com os paradigmas e construir dois projetos de vida: carreira profissional e família estruturada, embasados na interação entre o trabalho e seu papel social, de modo a conquistar maior espaço nos arranjos sociais.

Considerações finais

Compreender como se dá a formação dos indivíduos a partir das socializações e, conseqüentemente, a incorporação de valores e conceitos construídos socialmente pressupõe o estudo do comportamento humano na civilização contemporânea. Nesse sentido, o presente trabalho buscou, através da análise do conteúdo, compreender de que modo as experiências de mulheres que são donas de seu próprio negócio são influenciadas pelo processo de socialização em suas trocas sociais.

As entrevistadas revelaram que a família, em seu papel de socialização primária durante a infância, atuou como um importante formador de opinião, influenciando ou desencorajando o ato de empreender. No presente estudo, a fala de todas as mulheres denunciou, em maior ou menor grau, a atuação familiar de modo positivo e incentivador para o empreendedorismo. Essa influência foi identificada de diversas formas: seja por admiração ao familiar que empreende, pela possibilidade de se autoconhecer e descobrir vocação pelo ato de empreender ou seja pela necessidade de trabalhar e desenvolver habilidades.

Embora o âmbito familiar represente o primeiro contato do indivíduo com a sociedade, os relacionamentos externos ao lar tendem a moldar a sua personalidade e, conseqüentemente, as decisões. As diversas socializações promovem, portanto, a estruturação do pensamento social. Nessa vertente, surge a importância de se estudar a forma como os conceitos construídos

histórica e socialmente interferem na vida comum e nas diferentes conjecturas sociais. Referente à tal premissa, as entrevistadas apresentaram, em seus depoimentos, conceitos de gênero enraizados que as direcionam a determinadas ações consideradas essenciais para a autorealização, como a maternidade. Do mesmo modo, essas definições estão entranhadas na forma como elas se sentem responsabilizadas pelo cuidado do lar concomitantemente ao trabalho na esfera pública.

Nesse cenário de predeterminações relacionadas ao gênero, esta pesquisa mostra-se pertinente ao convidar para a reflexão de como a caracterização de gênero molda comportamentos, a fim de examinar os estereótipos de masculinidade e feminilidade que estão, por vezes, estabelecidos na sociedade. Compreender os fenômenos sociais que cercam a realidade contemporânea e tendem a romper paradigmas estruturados histórico, social e culturalmente, portanto, torna-se uma necessidade de estudo e aprofundamento teórico-empírico.

Quanto às limitações que a pesquisa apresentou, pode-se apontar a dificuldade de se realizar generalizações devido à subjetividade da análise e da pequena quantidade de informantes. Ademais, a pesquisa se restringiu à cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Com isso, convém, para estudos posteriores, a abrangência da pesquisa para uma possível comparação dos perfis socioeconômicos e culturais de mulheres de outras localidades ou mesmo região, a fim de se expor como se dá as socializações e formações identitárias das brasileiras.

Referências

ALENCAR, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.

ALPERSTEDT, G. D.; FERREIRA, J. B.; SERAFIM, M. C. Empreendedorismo feminino: dificuldades vivenciadas em histórias de vida. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8, 2014, Goiânia. *Anais...* Goiânia, 2014.

BARBOSA, M. A. C.; MATOS, F. R. N.; SANTOS, A. P. F. dos; ALMEIDA, A. M. B. Mulheres e patriarcado: dependência e submissão nas casas de farinha do agreste alagoano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CAVEDON, N. R.; GIORDANI, C. G.; CRAIDE, A. Mulheres trabalhando e administrando espaços de identidade masculina. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005.

COSTA, A. P.; RIBEIRO, P. R. M. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. *Revista Estudos Feministas*, v.19, n. 2, p. 475-489. Ago. 2011.

COSTA, L. H. R.; COELHO, E. de A. C. Ideologias de gênero e sexualidade: a interface entre a educação familiar e a formação profissional de enfermeiras. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 22, n. 2, p. 485-492. Jun. 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GOMES, A. F.; TEIXEIRA, S. A.; PIAU, D. . Teorias feministas nas organizações: diálogos e intersecções. In: SANTOS, E. L. (Org.). *Teorias administrativas contemporâneas: diálogos e convivência*. 1 ed. Vitória da Conquista/São Paulo: Edições Uesb/Hucitec, 2016. P. 149-165.

GOMES, A. F. *Ação empreendedora e relações de gênero: um estudo multicascos na cidade de Vitória da Conquista, Bahia*. 2010. 440 p. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2010.

FILION, L. J. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 39, n. 4, out-dez, 1999.

FILION, L. J. Visão e relações: elementos para um metamodelo empreendedor. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 33, n. 6, nov-dez, p.50-61, 1993.

GAUCHE, S.; VERDÚ, C. P.; SILVEIRA, A. A superação do conflito trabalho-família: naturalidade frente ao “bicho de sete cabeças”. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

- KNEZEVIC, I.; GREGOV, L.; SIMUNIC, A. Salience and conflict of work and family roles among employed men and women. *Archives of Industrial Hygiene and Toxicology*, v. 67, n. 2, p. 152-163, 2016.
- LAPLONGE, D. A toolkit for women: the mis(sed) management of gender in resource industries. *Journal of Management Development*, v. 35, n. 6, 2016.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 14 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- MACEDO, F. M. F.; BOAVA, D. L. T.; CAPPELLE, M. C. A.; OLIVEIRA, M. de L. S. Relações de gênero e subjetividade na mineração: um estudo a partir da Fenomenologia Social. *RAC – Revista de Administração Contemporânea – Anpad*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 217-236, mar./abr. 2012.
- MACHADO, F. B. Dilemas de Mulheres Empreendedoras em Empresas Inovadoras Nascentes. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. V. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003.
- MIRANDA, A. R. A.; CAPPELLE, M. C. A.; MAFRA, F. L. N. Trabalho, socialização e identidade: um estudo com professoras gerentes de uma universidade pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- NAVARRO, M. J. P.; JIMÉNEZ, A. M. Moderators elements of entrepreneurship. Gender differences. *Suma Negócios*, Bogotá, v.7. n. 15, 2016.
- PEREIRA, J. B. C.; ARAUJO, C. C. de; MIGUEL, J. G.; ALMEIDA, L. de O. S.; PALONI, L. M. A Saliência de identidade de homens e mulheres do setor têxtil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 38, 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.
- PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. *Economia*. 2016. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/economia/>>. Acesso em 05 de abril de 2016.
- PORTO, M. de F. S. *Com licença, eu vou à luta! Mulheres empresárias de Patos de Minas - 1980-90*. 2002. 253 p. Tese (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.
- SANTOS, L. M. M. O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 57-66, 2005.

SILVEIRA, N. S. P. da; HANASHIRO, D. M. M. Mulheres gerentes: a centralidade da maternidade na construção da identidade de gênero no trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

STROBINO, M. R. de C.; TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. *Revista de Administração*, São Paulo, v.49, n.1, p. 59-76, jan./mar., 2014.

TEIXEIRA, R. M, DUCCI, N. P. C, SARRASSINI, N. S, MUNHE, V. P. C, DUCCI, L. Z. Empreendedorismo jovem e a influência da família: a história de vida de uma empreendedora de sucesso. *REGE Revista de Gestão*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 3-18, jan./mar. 2011.

Texto recebido em: 17/02/2018

Texto aprovado em: 20/06/2018